



Republicanism da independência e imprensa fluminense na historiografia.

GUSTAVO GARCIA TONIATO*

Esta comunicação é um desdobramento, o primeiro deles, da pesquisa que está sendo desenvolvida no programa de pós-graduação em História e Cultura Política da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca da UNESP, orientada pela Profa. Dra. Marisa Saenz Leme - A Imprensa do Rio de Janeiro e o Conceito de Republica (1820 a 1824) – e pretende apresentar, como o próprio título sugere, a forma pelo qual um conjunto de projetos que foi considerado republicano por parte dos contemporâneos da independência brasileira, bem como por parte da historiografia, que foi veiculado e produzido na imprensa periódica do Rio de Janeiro no processo de desagregação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Fazendo-se um breve retrospecto da primeira metade da década de 1820, lembramos que esta foi palco de um cenário político tempestuoso no Império Português. Sendo que nesta década o mesmo foi tomado por uma revolução de inspirações liberais (COSTA, 2010) na cidade do Porto e sofreu com a separação de sua parte americana, ambos os eventos, desencadearam profundas transformações nos dois lados do Atlântico. Tomando a Revolução do Porto como nosso ponto de partida, destacamos algumas consequências da mesma: A convocação das Cortes, que foram responsáveis pela elaboração de uma constituição para o Reino Unido; a adoção da Constituição de Cádiz de maneira provisória; a instituição da liberdade de imprensa; e a criação das Juntas Governativas de Província.

Neste cenário, a adoção da liberdade de imprensa pelos Revolucionários do Porto causou na América Portuguesa uma verdadeira explosão de periódicos e panfletos, contribuindo para a manifestação de uma nova forma de participação política com a emergência de uma esfera pública, onde houve tanto a produção, quanto de circulação ideias e projetos para o Império Português, estas que a muito estavam represadas pelos órgãos de censura do antigo regime, com variados graus de sucessos, e fez com que os rumos institucionais do Império passassem a ser objetos de debates público. No período anterior a independência da América Portuguesa os debates da imprensa se concentraram em torno da forma a qual o Estado Luso-Brasileiro viria a se organizar, sendo que após a separação

*Mestrando em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Franca. E-mail: gustavotoniato@hotmail.com

definitiva entre os reinos, essa discussão foi deslocada para como o nascente Império do Brasil se organizaria (COSER, 2008).

Em ambos os casos, do Reino Unido e do Império Brasileiro, um dos principais focos do debate, e fonte de conflito, tratou-se da natureza do Estado, se ele era um corpo uno e indivisível, ou um corpo formado por varias partes constituintes (COSER, 2008). A partir das dissonantes posições em torno deste tema, os historiadores organizaram os diversos grupos políticos presentes no período em um esquema de três grandes forças, os conservadores, ou absolutistas; os liberais moderados; e os liberais radicais ou republicanos, também foi desenvolvido um esquema que organizou esses grupos em duas grandes forças: conservadores e liberais.

Dentro deste contexto de explosão do numero de impressos e intenso debate público houve um grupo de escritores na Corte do Rio de Janeiro que se organizou em torno de Joaquim Gonçalves Ledo e João Soares Lisboa e em seus respectivos Jornais *Reverbero Constitucional Fluminense* e *Correio do Rio de Janeiro*. Estas personagens e seus jornais foram acusados por seus contemporâneos de defender ideais republicanos, sendo inclusive processados no chamado processo dos cidadãos. Ambos os periodistas também foram exaustivamente analisados tanto pela historiografia que tratou sobre o processo de independência da América Portuguesa, e dos projetos políticos envolvidos na ruptura com Portugal, quanto pelos historiadores da imprensa.

Citando a historiadora Cecília Helena de Salles Oliveira:

Especificamente no âmbito da atuação das personagens, nenhuma das leituras deixou de, direta ou indiretamente, mencionar o grupo de Ledo e o modo pelo qual teria jogado peso decisivo seja em termos de separação de Portugal seja no tocante à definição da monarquia constitucional e do Império. Entretanto, mesmo estando associado a periódicos, como Reverbero Constitucional Fluminense e o Correio do Rio de Janeiro, e mesmo desempenhando prática coerente e linear, foi-se adequando a qualificações multifacetadas, sendo ora apontado como 'liberal', ora como 'republicano e democrata', ora como 'monarquista' ou ainda como portavozes de aspirações 'populares'. (OLIVEIRA, 59, 1999.)

Ao revisitarmos a historiografia sobre o período, seja a que debate sobre os projetos políticos em jogo, quanto à imprensa de forma geral, nos chama a atenção à multiplicidade de qualificações atribuídas aos referidos escritores, e ao conteúdo de seus jornais, em especial aos trabalhos que atribuíram a esses escritos o selo de republicanismo. A obra *Republicanos e Libertários* do historiador Renato Lopes Leite (2000) é um dos principais trabalhos que advogam a existência de republicanos na independência e que esses periódicos fluminenses, e seus editores, são republicanos.

Em seu trabalho Lopes (2000), advoga que o republicanismo do período da independência brasileira só pode ser apreendido de maneira implícita devido a ausência total do termo *republica* nos escritos de seus autores. Desta forma o autor associa o republicanismo presente no Rio de Janeiro à uma tradição republicana inglesa e estabeleceu um conjunto de cinco critérios para identifica-los, estes são: *antimonarquismo*, no sentido que os pensadores do republicanismo acreditam que a realeza tem uma tendência natural a concentrar o poder de forma absoluta, o que deveria ser evitado a todo custo; *império da lei*, proeminência das leis no ordenamento da ordem pública, leis essas advindas de um contrato-social, demonstrado ao longo do texto pela preferência dos escritores republicanos nos apelos a “vontade geral” e a convocação de uma assembleia constituinte, única barreira contra o despotismo; *constituição mista*, a preferência dos autores por um governo na forma de uma monarquia constitucional, “uma república disfarçada de monarquia”, onde impere o regime de pesos e contrapesos; *regime de virtude cívica*, a concepção de superação da noção de súditos pela concepção de cidadania; *liberdade como não-dominação*, um tipo de conceituação de liberdade distinta da liberdade desenvolvida pela antiguidade, e que segundo Lopes, não aparece de forma explícita no texto dos publicistas republicanos, sendo ela concentrada na ideia da liberdade como proteção as arbitrariedades perpetradas pelo Estado. (LOPES, 2000)

É interessante notar que outros trabalhos que tratam sobre o período não consideram os jornais trabalhados por Lopes republicanos, em nossa pesquisa até agora catalogamos alguns termos para classificar esses jornais bem como critérios utilizados no sistema de classificação dos mesmos, e é possível que ao longo da desta encontremos mais modos de se referir a eles. Por enquanto encontramos as seguintes classificações para estes escritos: *Constitucionalistas* (SILVA, 2010); *Facção Democrática* (MATTOS, 2004); *Liberais*

(OLIVEIRA, 1999); *Liberals Radicais* (COSTA, 2010); e *Monarquistas Republicanos* (LYNCH, 2017).

Quanto ao método de se classificar os diversos grupos políticos na independência, encontramos os seguintes na historiografia: o de Emilia Viotti da Costa (2010), que classificou os grupos políticos da independência em relação ao seu grau de apreensão do liberalismo advindo da Europa; José Murilo de Carvalho (2013) em função de critérios de socialização e treinamento, mostrando como as práticas tradicionais da política portuguesa, se articularam com a formação intelectual; Cecília Oliveira (1999) os classifica em função de suas defesas de interesses de mercado, ou seja, grupos ligados à produção de gêneros de abastecimento interno e a grupos ligados a economia importador-exportadora; Ilmar Mattos (2004) os classifica em termos de interferência do Estado na vida privada; e Christian Lynch (2008) através do contextualismo linguístico e da história dos conceitos. Também se observa que historiografia que se tratou especificamente produção, e circulação dos impressos não se dedicou a produção de um sistema de classificação destes jornais.

Ressaltamos então que a denominação destes periódicos como produtores e portadores de ideais republicanos não é consenso na historiografia. O que nos faz colocar uma série de perguntas a essas publicações acerca tanto da natureza dos possíveis ideais republicanos veiculados e produzidos nestes periódicos, bem como os critérios que podem ser estabelecidos a fim de construir um mínimo consenso acerca dos projetos de Estado veiculados por estes escritores. Em última instância, devido à multiplicidade de denominadores que esses periódicos já receberam, podemos questionar se de fato existiu um projeto de Estado republicano no Rio de Janeiro do período.

Acreditamos que a fim apresentar uma resposta a esses questionamentos se faz necessário à retomada de aspectos linguísticos acerca do termo *republica/republicanismo* no começo do século XIX, bem como a forma como o mesmo foi empregado no debate político do período, levando-se em consideração também que este é um momento de profunda transformação tanto do léxico, quanto da cultura política do mundo lusófono (NEVES, 2003), onde práticas tradicionais de pensar e realizar a política passou a conviver com formas modernizadoras da mesma, dentro de um contexto de emergência de um espaço público de

debates que há pouco não existiam nestas dimensões antes Revolução Liberal do Porto (MOREL, 2005).

Sendo a imprensa difusora, produtora e campo de batalha dos ideais em disputa, também se torna fundamental o estudo de outros conceitos veiculados na mesma a fim de compreender os projetos de sociedade em jogo (KOSELLECK, 2006). Desta forma, observa-se que existem alguns temas e conceitos recorrentes na imprensa, os quais destacamos os seguintes: *soberania; povo; cidadão; federação; constituição; res publica; nação; independência; absolutismo; governo representativo*. Conforme as concepções políticas de cada periódico, expressas pela escolha dos conceitos que fundamentavam suas críticas, bem como o sentido desses conceitos e de que maneira eram utilizados na detração dos opositores, pode-se identificar as diferentes correntes de pensamento presentes nos debates políticos do período de esfacelamento do Reino Unido. (LYNCH, 148-149, 2014).

Recentemente a historiografia brasileira se dedicou a análise do léxico político empregado no período. Podemos destacar nesse tipo de análise o trabalho realizado pela equipe capitaneada pelo Cientista Político, João Feres Junior (2015), que já produziu duas edições do chamado Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil, que buscou aliar a metodologia desenvolvida pela história dos conceitos alemã com os métodos da Escola de Cambridge desenvolvido por Quentin Skinner (1978) e John Pocok (2013). Como o republicanismo na imprensa é foco desta comunicação, é importante ressaltarmos a análise semântica do termo *republica* no período da independência feito pelo trabalho de história conceitual supracitado. Desta forma foi constatado que a palavra *república* no período estudado se apresenta com três significados diversos e concorrentes: O significado clássico/medieval de *Res Publica*:

*[...] entre 1750 e 1792, em que o conceito esteve principalmente associado à tradição clássica que remontava a Políbio e Cícero, que ao traduzir do grego o termo *politéia* de Aristóteles como *res publica*, legara ao mundo latino o duplo sentido do conceito. Mais amplo, o primeiro concebia a constituição da comunidade voltada para o bem comum; ao passo que o segundo, mais restrito, exprimia o de governo gerido por magistrados extraídos da camada popular. (LYNCH; STARLING, 192, 2014);*

um significado advindo da Revolução Francesa:

No Entanto, é apenas depois de 1792 que se fixa no Brasil um sentido de república claramente para além daquele consagrado pela tradição clássica – aquele sinônimo de democracia. A origem, claro está, estava nos ecos da república francesa, [...].(LYNCH; STARLING, 194, 2014);

e um terceiro na época da Revolução do Porto:

O terceiro momento do conceito data de 1821, isto é, da chegada das notícias da Revolução Constitucionalista do Porto e da proclamação da liberdade de imprensa. Conforme referido, o significado que então prevaleceu foi aquele que o fazia sinônimo de democracia ou de governo popular eletivo. (LYNCH; STARLING, 196, 2014).

Para além dos possíveis significados que o termo república pode assumir na época, notamos que a historiografia da independência associa os ideais considerados republicanos a anseios de autonomia provincial, a organização dos poderes que garantissem uma prevalência do poder legislativo frente ao executivo, como também, foi ligada a concepções de cidadania que abarcassem um maior número de grupos sociais que esperavam, com a independência, ter acesso aos instrumentos de representação do Estado que estava por se construir. A diversidade semântica do termo república e a forma como a historiografia vem tratando o tema reforça a necessidade de se revisitar a documentação, e a historiografia, a fim de matizar como esses diferentes significados se articularam na construção dos projetos de Estado vinculados aos impressos fluminenses taxados de republicanos.

Como vimos ao longo desta comunicação, os impressos produzidos na Corte do Rio de Janeiro após a instituição da liberdade de imprensa foram exaustivamente trabalhados pela historiografia, produzindo uma série de interpretações sobre os mesmos, bem como acerca dos projetos produzidos e veiculados nestes. Contudo, acreditamos que apesar desta vasta análise já produzida sobre os referidos jornais e os conceitos veiculados nos mesmos ainda se faz necessário um estudo das linguagens políticas adotadas na imprensa da independência da América Portuguesa, uma vez que o tema do possível republicanismo na imprensa é de extrema complexidade, havendo grande dissonância tanto na historiografia, quanto nos

próprios impressos, e pode proporcionar uma melhor compreensão dos projetos políticos em jogo para o Império Português, e posteriormente para o nascente Império Brasileiro.

Sendo assim acreditamos que o melhor caminho a ser percorrido para a realização de novos estudos acerca desta imprensa seria por meio do contextualismo linguístico a exemplo do que já tem sido feito no léxico supracitado, mas ao invés da produção de um dicionário de conceitos, acreditamos que esta metodologia pode ser direcionada para a produção de parâmetros mínimos visualizando a compreensão dos conceitos e projetos políticos mobilizados pelos autores destes impressos, bem como por seus adversários, para a melhor compreensão do republicanismo na imprensa fluminense na independência.

Fontes

Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1822-1823. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sylpho/700436>>. Acessado em: 10 de Julho de 2016

Reverbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro. 1821-1822. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/reverbero-constitucional-fluminense/700223>>. Acessado em: 10 de julho de 2016

O Sylpho. 1823. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sylpho/700436>>. Acessado em: 10 de julho de 2016.

Bibliografia

ABREU, M. Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL. 1., 2004, Rio de Janeiro Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.livrohistoriaeditorial.pro.br/pdf/marciaabreu.pdf>.

BASILE, Marcello. A guerra literária da Independência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, p. 367-372, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v4n7/2237-101X-topoi-4-07-00367.pdf>>. Acessado em: 10 de junho de 2017.

_____. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 91-130, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v2n3/2237-101X-topoi-2-03-00091.pdf>>. Acessado em: 10 de junho de 2017.

BERBEL, M. R.. **Independência do Brasil**. São Paulo: Saraiva. 1999.

_____. **A Nação Como Artefato**. São Paulo: Hucitec. 1999.

_____. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas de 1821-22. *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/85/20080627_deputados_do_brasil.pdf>. Acessado em: 11 de junho de 2017

_____. Liberalismo e idéia de Nação às vésperas da independência. *História (São Paulo)*, Assis, v. 13, 1994.

COSER, I. **Visconde do Uruguai** - centralização e federalismo no Brasil 1823-1866. Belo Horizonte: Editora UFMG-IUPERJ, 2008.

_____. Federalismo. *Ler História*, v. 55, p. 65-81, 2008.

_____. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, v. 26, p. 191-227, 2011.

_____. O pensamento político dos liberais: o conceito de americanismo na construção do Estado brasileiro. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. Araraquara. v. 38, p. 49-73, 2010.

COSTA, E. V.. **Da Monarquia à Republica**: momentos decisivos. 9ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

KOSELLECK, R.. **Crítica e crise**: uma contribuição a patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio: EDUERJ, 1999.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITE, R. L.. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **O republicanismo na independência Do Brasil**: a retórica cívico-humanista do jornalista Cipriano Barata. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie V. Historia Contemporanea*, v. 22, p. 67-78, 2010.

_____. Livros e leituras do republicanismo feitas por alguns dos líderes da Confederação do Equador in: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA LEITURA E DO LIVRO NO BRASIL, 2., 2003, Campinas. **Anais**. Campinas: Associação de leitura do Brasil, 2003.

LEME, M. S.. **Monopólios fiscal e da violência nas concepções federativas e confederativas da 'era das revoluções'**: a construção do estado nos Estados Unidos e no

Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA: 'La Modernidad en Cuestión: confluencias y divergencias entre América Latina y Europa, siglos XIX Y XX, 2016, **Anais**. Quito: Academia Nacional De Historia, 2016. p. 1019-1034.

_____. **Soberania e fiscalidade no brasil independente: concepções da imprensa paulista.** *Revista de História (São Paulo)*., São Paulo , n. 173, p. 277-302, Dez. 2015 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092015000200277&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 27 de Abril de 2017.

LIMA, O. **O movimento da Independência: o Império brasileiro** 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

LUTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

_____. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LYNCH, C. E. C. **O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de poder moderador no Brasil (1822-1824)**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 611-653, Sept. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000300006&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 27 Abr. 2017.

_____. **O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850)**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 74, p. 59-92, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452008000200004&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 23 Março 2017.

_____. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850) *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. Vol. 9, n. 17, p.212-234 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28291718>>. Acessado em: 27 de abril de 2017

LYNCH, C. E. C.; STARLING, H. M. M. REPÚBLICA/REPUBLICANOS in: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREL, M.. **Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820 - 1830**. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 39-58, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2002000100039&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 10 Junho 2017.

_____. Independência no papel: a imprensa periódica in: JANCSÓ, I. (Org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C.. (Org.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

NEVES, L. M. B. P.. **A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil**. *Tempo*, Lisboa, v. 4, n.8, p. 41-65, 1999.

_____. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

_____. **Livros e Impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

_____. Os Panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil in: JANCSÓ, I. (Org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, C. H. L. S.. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF e ÍCONE, 1999.

OLIVEIRA, C. H. L. S.. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF e ÍCONE, 1999.

_____. O Correio do Rio de Janeiro e o debate em torno do governo constitucional. In: BRITO, S. C. P.; CORRÊA, M. L.. (Org.). **200 anos de Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

POCOCK, J. G. A.. **Linguagens do ideário político**, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, V. R.. O Revérbero Constitucional Fluminense, Imprensa e Constitucionalismo na Corte na Independência. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n°10, p. 171-179, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11729>>. Acesso em: 2 fev. 2017

_____. **Revérbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo na imprensa do Rio de Janeiro à época da Independência**. 2010. 215f. Dissertação (mestrado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010.

SILVA, A. R. C.. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português: 1750-1822**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.